

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.505 - CE (2019/0301188-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : **ALISSON MARCAL DA SILVA**
ADVOGADO : **PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

DECISÃO

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Ceará, assim ementado:

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO EM FACE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA DOS RÉUS. HOMICÍDIO SIMPLES (ART. 121, CAPUT, DO CP). PRETENSÃO DE IMPRONÚNCIA FACE A AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA INDICAÇÃO DA MATERIALIDADE E DOS INDÍCIOS DE AUTORIA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. PRONÚNCIA MANTIDA. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Hodiernamente, é uníssono tanto no entendimento doutrinário quanto jurisprudencial, que a sentença de pronúncia nada mais é que um mero juízo de admissibilidade da peça inicial, fundada numa dada suspeita ou dúvida, consistente na permissão e viabilidade da peça acusatória, não se exigindo, para sua deflagração, uma certeza in concreto quanto a acusação, ou seja, o fato de haver a pronúncia do réu, não lhe reporta a qualquer avaliação de mérito, resolvendo-se eventuais dúvidas probatórias com o princípio do in dubio pro societate – deixando, assim, ao encargo dos jurados a análise da quaestio.

2. Desta forma, é sabido que para a decisão de pronúncia, basta apenas a presença de indícios de que o réu seja o autor ou tenha participado, eficientemente, do resultado delituoso e que esteja comprovada a materialidade do delito, conforme dispõe o art. 413, do Código de Processo Penal. Tal situação, ao menos a priori, encontrase suficientemente demonstrada nos autos em análise;

3. Aliás, neste sentido corrobora a jurisprudência do STF e desta e. Corte de Justiça.

4. *Recurso em Sentido Estrito conhecido, porém, DESPROVIDO.* (e-STJ fl. 772)

Aponta a defesa a violação dos arts. 381, 413 e 414 do Código de Processo Penal, alegando, em síntese, que inexistem indícios suficientes da autoria delitiva a ensejar a pronúncia do recorrente.

Contrarrazões às e-STJ fls. 917/925.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso às e-STJ fls. 1.001/1.003.

É o relatório. **Decido.**

A irresignação não prospera.

O Tribunal de Justiça do Ceará negou provimento ao recurso em sentido estrito interposto pela defesa e manteve a decisão que pronunciou o recorrente pela suposta prática do crime previsto no art. 121, *caput*, do Código Penal.

A defesa, nas razões do recurso especial, alega que não há provas suficientes da autoria delitiva para embasar a decisão de pronúncia. Sobre a questão, o Tribunal de origem assim se manifestou:

Na hipótese em questão, a materialidade encontra-se devidamente demonstrada através do Laudo Cadavérico realizado em Antônio Lopes da Silva (fls. 102/104), que comprova que a vítima sofreu ferimentos na região da cabeça e do tórax em decorrência de projétil de arma de fogo.

No tocante à autoria, seus indícios decorrem das provas produzidas pela autoridade policial durante a tramitação do inquérito policial e das provas colhidas em juízo, por meio da oitiva das testemunhas.

[...]

Neste diapasão, verifica-se que existem sim, no caso em análise, fortes indícios de autoria delitiva por parte do recorrente, pelos depoimentos das testemunhas arroladas, quer seja na fase inquisitiva, quer seja em juízo, visto que indicam Alisson e

Helton como possíveis autores do crime em comento. Daí, a imprescindibilidade do Conselho de Sentença proceder com a análise meritória dos fatos e provas colacionados nos autos. (e-STJ fls. 777/778)

Observa-se que a conclusão da Corte de origem acerca da existência de indícios da autoria delitiva decorreu da análise do conteúdo probatório reunido nos autos, sendo inviável sua alteração em recurso especial ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ. Nessa linha:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. INDÍCIOS. NEGATIVA DE AUTORIA. REEXAME PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não cabe, na via eleita, apreciar o argumento referente à insuficiência de indícios de autoria ou de participação no delito dos recorrentes, com o intuito de cassar a decisão de pronúncia, uma vez que tal proceder implicaria na revisão do conjunto fático-probatório dos autos, providência inadmissível, conforme o óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

2. Agravo regimental improvido. (AgInt no AREsp 245.080/BA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, DJe 13/06/2017)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO TENTADO. PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. PRETENSÃO DE DESPRONÚNCIA E DE EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. "A decisão interlocutória de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação, não sendo exigido, nesse momento processual, prova incontroversa da autoria do delito - bastam a existência de indícios suficientes de que o réu seja seu autor e a certeza quanto à materialidade do crime" (AgRg no REsp 1128806/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 26/6/2015).

2. Pronunciado o agravante por homicídio duplamente qualificado tentado, porque o Tribunal de origem, em acórdão devidamente fundamentado, entendeu presentes a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, a desconstituição das premissas fáticas nele assentadas esbarra na vedação prescrita pela Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp n. 1064639/PE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, DJe 09/06/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO DESCLASSIFICAÇÃO. PRESENÇA DE ELEMENTOS AUTORIZADORES DA PRONÚNCIA. REVISÃO INVIÁVEL. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A decisão de pronúncia não exige a existência de prova cabal da autoria do delito, sendo suficiente a mera existência de indícios da autoria, devendo estar comprovada, apenas, a materialidade do crime.

2. O Tribunal estadual concluiu pela presença de indícios de autoria e materialidade a fim de sustentar a decisão de pronúncia, considerando os elementos produzidos durante a instrução, sobretudo os depoimentos testemunhais.

3. A desconstituição do julgado, no intuito de abrigar o pleito defensivo de desclassificação da conduta, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência incabível em recurso especial, conforme já assentado pelo enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

4. "A legislação em vigor admite como prova tanto a testemunha que narra o que presenciou, como aquela que ouviu. A valoração a ser dada a essa prova é critério judicial, motivo pelo qual não há qualquer ilegalidade na prova testemunhal indireta" (HC 265.842/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Rel. p/ Acórdão Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 01/09/2016).

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1446019/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 02/08/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para **não conhecer do recurso especial**.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator